



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SÉTIMA CÂMARA

Mfaa-2

Processo nº : 13116.000471/96-41  
Recurso nº : 118.954 - EX OFFICIO  
Matéria : IRPJ - Ex.: 1992  
Recorrente : DRJ em BRASÍLIA-DF  
Interessada : TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA  
Sessão de : 15 de abril de 1999  
Acórdão nº : 107-05.621

**RECURSO DE OFÍCIO** - Nega-se provimento ao recurso de ofício quando a autoridade julgadora proleta sua decisão nos termos da legislação de regência e das provas constantes dos autos.

Recurso de ofício negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela Delegacia da Receita Federal em Brasília-DF.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ  
PRESIDENTE

FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 17 MAI 1999

Processo nº : 13116.000471/96-41  
Acórdão nº : 107-05.621

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ, NATANAEL MARTINS, PAULO ROBERTO CORTEZ, EDWAL GONÇALVES DOS SANTOS, MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.

4.

55

Processo nº : 13116.000471/96-41  
Acórdão nº : 107-05.621

Recurso nº : 118.954  
Interessada : TRANSBRASILIANA TRANSPORTE E TURISMO LTDA

## RELATÓRIO

Trata o presente de recurso de ofício do Sr. Delegado da Receita Federal de Julgamento em Brasília, que exonerou crédito Tributário de valor superior a 150.000 UFIR.

É o Relatório.

Processo nº : 13116.000471/96-41  
Acórdão nº : 107-05.621

V O T O

Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES, Relator

Da análise das peças que integram o presente processo, chega-se a conclusão que a decisão recorrida não merece reproche.

Com efeito, a autoridade julgadora apreciou o feito nos termos da legislação de regência e das provas constantes dos autos.

Por todo exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões - DF, em 15 de abril de 1999

  
FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES